NOTAS E TRANSCRIÇÕES

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO CEARÁ

EDSON MOURA

Remonta ao recuado ano de 1848 a primeira tentativa de que se tem notícia na história do Ceará para a fundação de uma biblioteca pública em Fortaleza.

Governava então a Província o Desembargador Frederico Augusto Pamplona, que, no exercício da Presidência, fêz incluir na lei orçamentária n.º 437, tit. III, art. 2.º, § 7.º, aprovada pela Assembléia e sancionada a 1.º de setembro de 1848, a importância de quinhentos mil réis para ser aplicada na criação de uma biblioteca anexa ao Liceu. A lei não foi executada talvez porque a exigüidade da quantia votada não permitisse a realização da obra a que se destinava. Caducou logo no ano seguinte.

Outra vez, em 1.º de julho de 1858, na Presidência de João Silveira de Sousa, foi novamente solicitada à Assembléia a instalação de uma biblioteca no Liceu, para atender a consultas de docentes e discentes do estabelecimento, assim como também para servir à população em geral e «despertar-lhe o gôsto da instrução e leitura dos bons autores». A Assembléia, entretanto, negou os recursos solicitados.

Sòmente em 1865, por iniciativa do Presidente Conselheiro Barão Homem de Melo, foi que o Legislativo votou nova verba. A Lei n.º 1.186, art. 3.º, § 23, de 8 de setembro daquele ano, destinava 3 contos de réis para a fundação de uma biblioteca pública em Fortaleza. O projeto, amplamente discutido no plenário, foi brilhante e veementemente defendido por João Brígido dos Santos que, na época, tinha assento no Legislativo provincial.

Na sua «Fala» de 1.º de julho de 1866, como se designava na pitoresca linguagem do tempo, a mensagem ânua do Presidente à Assembléia, o Barão Homem de Melo declarava enfàticamente:

«Para começo da Biblioteca Pública, que deve criar-se nesta Província, em virtude da Resolução desta Assembléia, fêz-se contrato, por encomenda à Europa, de várias obras clássicas e outras, escolhidas sôbre o parecer do Diretor da Instrução.» Ao tempo era titular do cargo o Revmo. Monsenhor Hipólito Gomes Brasil.

E, logo a seguir, advertia o Presidente:

«Cumpre prover, sôbre a aquisição ulterior de novas obras, que venham aumentar o número das que se esperam e constituem o fundamento de uma biblioteca escolhida que acompanhe o movimento das letras e das ciências.»

Homem de Melo não teve, porém, o prazer de assistir à inauguração do novo instituto cultural, cujos alicerces lançara em terras cearenses. Deixou o Govêrno no mesmo ano de 1866, passando-o ao seu sucessor, o Ten-Cel Engenheiro João de Sousa Melo e Alvim, a quem a Assembléia, por Lei n.º 1.202, art. 3.º, § 21, de 20 de dezembro de 1866, concedeu mais três contos de réis, para fazer face à instalação da casa.

A 2 de janeiro de 1867 era nomeado para dirigir a Biblioteca Provincial do Ceará, com o título de Bibliotecário Público o Dr. José de Barcelos, vernaculista e pedagogo de grande saber, considerado uma das mais vigorosas expressões da intelectualidade contemporânea, a quem anteriormente o Govêrno confiara os estudos preliminares para a fundação da Escola Normal, encargo de que se desincubira brilhantemente.

Na mesma data em que nomeava o seu primeiro dirigente, o Govêrno expedia também o regulamento que deveria reger a biblioteca, o qual foi elaborado provàvelmente pelo mencionado José de Barcelos.

Finalmente, aos 25 de março de 1867, condignamente instalada em um prédio que fôra recém construido para abrigar a Escola de Pedagogia, situada na Praça Marquês do Herval, hoje José de Alencar, inaugurava-se solenemente a Biblioteca Provincial, com 1.730 volumes, dos quais 614 adquiridos por compra pelo Govêrno e 1.116 recebidos por doação de particulares.

A despesa efetuada com a edificação do prédio em que se instalava a Biblioteca atingira a quantia de 23:728$612.

Do relatório com que Melo e Alvim passou a Presidência da Província, em 6 de maio de 1867, ao 1.º vice-Presidente, Dr. Sebastião Gonçalves e Silva, destacamos o trecho a seguir:

«A difusão das luzes por tôdas as camadas da sociedade é hoje uma tendência irresistível dos povos cultos.

Facilitar por todos os meios a alimentação do espírito, deixar que todos busquem sem distinção ilustrar-se, facilitar a leitura e consulta de nossas tradições: tal deve ser também o objeto dos constantes desvelos do Govêrno.

É minha convicção profunda que um povo é tanto mais respeitado quanto maior fôr a sua civilização.

Já não falo dessa civilização que paira na esfera elevada da sociedade e que constitui a moderna aristocracia do talento; eu falo dessa civilização que se democratiza, por assim dizer, penetrando por tôda a parte, e fere a luz das trevas em que pairam milhares de indivíduos.

Uma biblioteca aberta à concorrência pública, parece-me que, nas condições de desenvolvimento em que se acha esta província, já era uma necessidade geralmente sentida, um melhoramento urgentemente reclamado.

Dei-me pressa, portanto, em realizar a lei de sua criação, e para êsse fim organizei o regulamento que será presente a V. Excia.

Com algumas ofertas e donativos que têm sido feitos, e uma compra de livros autorizada pela Assembléia, compra que se acha em grande parte efetuada, entendi que, satisfazendo a ansiedade pública, devia instalar, quanto antes, a biblioteca cearense, o que efetivamente teve lugar no dia 25 de março, com a solenidade compatível ao assunto, de tanta magnitude.

Está lançada a primeira pedra dêsse monumento importante do progresso moral do Ceará.

Saiba o povo cearense tirar de tão útil instituição tôdas as vantagens a que ela se presta: são os votos que faço do fundo do meu coração.»

Na aridez documental do relatório citado destacam-se, avultam estas palavras vibrantes de um idealista que, em meio hostil e inculto, lançava os fundamentos de uma instituição dedicada inteiramente às superiores necessidades do espírito.

Como se vê, cabem a essas duas eminentes figuras do Império — Homem de Melo e Melo e Alvim — administradores de visão larga, capazes e conscientes

das altas responsabilidades de que se achavam investidos, os méritos da criação e instalação da Biblioteca Provincial, cujo evento rasgaria novos horizontes ao aprimoramento intelectual da população de Fortaleza, que daí por diante iria receber a benéfica influência dêsse poderoso instrumento de difusão do saber, destinado a prestar tantos e tão inestimáveis serviços à educação e à cultura do povo cearense.

Inteiramente dedicado às lides intelectuais a que se consagrou durante tôda a vida, José de Barcelos, logo após a sua posse no cargo de Bibliotecário Público, a 16 de janeiro de 1867, projetou editar uma revista da Biblioteca, idealizada para servir de elemento de ligação entre a Casa e os seus frequentadores, informando-os sôbre as aquisições efetuadas, orientando-os nas suas consultas e mantendo-os em dia com as últimas novidades nos domínios das ciências, das artes e da literatura. Seria uma revista especializada, uma publicação que se propunha popularizar a cultura.

Tão louvável iniciativa não poderia, entretanto, ser custeada pelo combalido Erário Provincial: requeria a cooperação financeira dos que se interessavam pelas belas letras. Espontâneamente, concorreram para o nobilíssimo fim os seguintes cidadãos, cujos nomes devem ser carinhosamente guardados pelos pósteros:

Capitão Antônio Cândido Antunes de Oliveira (Barão e Visconde Messejana)	200$000
Luiz Ribeiro da Cunha	200$000
José Teixeira de Castro	100$000
Dr. Liberato de Castro Carreira (Senador)	100$000
José Raimundo de Carvalho	100$000
Ten-Cel Inácio Pinto de Almeida Castro	100$000
Capitão Vicente Gurgel do Amaral	50$000
Dr. Ivo Cassiano Pamplona	25$000
Antônio de Lemos Braga	25$000
Tenente Manoel José Martins	25$000
Comendador João Batista de Castro	30$000
Total	955$000

Enquanto não se editava a revista da Biblioteca (tentativa que infelizmente malogrou), resolveu o seu Diretor aplicar em títulos da dívida pública o resultado das contribuições que recebera em dinheiro. E assim o fêz: adquiriu apólices no montante da importância doada, entregando-as à guarda do Secretário do Govêrno Provincial.

Aos nomes que referimos linhas passadas deve-se juntar também, como preito de justiça, os de outros beneméritos patrícios que concorreram para o robustecimento do patrimônio bibliográfico da nascente instituição, oferecendo valiosas contribuições em livros. Muitos dos volumes doados naquela época, ainda hoje existem no acervo da Casa e têm sido, através dos anos, manuseados, lidos e consultados por milhares de pessoas.

Transcrevemos, a seguir, a relação dos doadores:

Presidente João de Sousa Melo e Alvim, Sr. Bispo Diocesano, Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Dr. José de Barcelos, Dr. Zózimo Barroso, Dr. Liberato de Castro Carreira, João Brígido dos Santos, Dr. José Avelino, Cônego José Ferreira Lima Sucupira, José Martiniano Peixoto de Alencar, João Eduardo Tôrres Câmara, Dr. Gonçalo de Almeida Souto, Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, Dr. Gonçalo do Lago Bastos, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, Joaquim Catunda, José Francisco da Silva Albano, Xilderico Farias, Dr. Livino Pinto Brandão, Dr. Manoel de Medeiros, Dr. Francisco Paurilo Bernardes Bastos, Catão Paes da Cu-

nha Mamede, Leopoldo Smith de Vasconcelos, Manoel Brígido dos Santos, João Augusto da Frota, Antônio Francisco Albano, Benjamin Constâncio de Moura, José Teixeira de Castro, João Evangelista, Alcino Gomes Brasil, Manoel Dias, Carlos Hardy Junior, Antônio Paes da Cunha Mamede, Manoel Alexandre Gadelha, Guilherme Pereira de Azevedo, José Joaquim de Paiva, José Paulino Hoonitz, Francisco de Sousa Teixeira, Miguel Severo de Sousa Pereira, José Flamino Benevides, Luís de França Barcelos, João de Araújo Costa Mendes, Alberto José da Costa, Luiz Heyman, Joaquim Álvaro Garcia, João Francisco Sampaio Júnior, Antônio dos Santos Braga, Manoel Egídio da Costa Nogueira, Francisco Gonçalves da Justa, Dr. Justa Araújo, João Luís Rangel, José Nunes de Melo, José da Cunha Bezerra, Antônio Mamede, Raimundo Francisco de Vasconcelos, Antônio Moreira, Francisco Serafim de Miranda Moura, João Ferreira Pacheco, Manoel Mascarenhas, Raimundo Torcápio Ferreira, Francisco Clemente Barbosa de Morais, Tristão de Alencar Macedo, Gualter Rodrigues da Silva, Joaquim José de Oliveira, José Antônio Bezerra da Cunha, Luís Lopes Veloso, José Francisco Ribeiro Bertrand, João Paulo de Abreu Lage, Joaquim da Guerra Passos, Idalino Fausto Moreira, Álvaro Leal de Miranda, José Francisco de Sousa, Francisco Inácio de Sousa Uchôa, Honorato Caetano de Abreu, Herculano José de Almeida, Raimundo Gonçalves Valente, Joaquim dos Anjos Monteiro e Trajano Delfino Barroso.

A 30 de março de 1867 Melo e Alvim, sob a sua responsabilidade, independentemente de autorização legislativa, expedia ordens ao Eng. Zózimo Barroso, que estava de viagem para a Europa em missão do Govêrno Provincial, no sentido de adquirir mais 525 volumes destinados à Biblioteca. É do teor seguinte a instrução endereçada ao referido engenheiro:

«Comprará e remeterá sem demora para a Biblioteca da Província os livros e mais objetos constantes da relação por mim rubricada que junto V.M.cê achará, devendo segurar o seu valor e fazer que tudo embarque bem acondicionado.»

Desincumbiu-se o Dr. Zózimo da comissão que lhe fôra confiada. De Paris remeteu os livros encomendados pelo Presidente, cujo recebimento o Bibliotecário acusa em seu relatório de 31 de março de 1868.

Informava, ainda, o documento citado que, durante o primeiro ano de funcionamento da Casa, os seus serviços estatísticos haviam registrado uma freqüência de 2.819 consulentes, elevando-se então o seu acervo a 3.720 volumes.

Ao passar o exercício de Presidente da Província ao seu substituto legal, o Ten-Cel Melo e Alvim consignou na sua «Fala» o seguinte elogio ao Diretor da Instituição: «Permita-me V. Excia. que antes de passar a outras matérias consigne os valiosíssimos serviços do digno bibliotecário cearense, cujo talento, dedicação ao cargo e retidão de ânimo terá V. Excia. ocasião de apreciar por si como eu tive, para lisonjear-me da acertada nomeação que fiz.»

Em junho de 1869, José de Barcelos resolveu transferir-se para o Rio de Janeiro. Solicitou e obteve demissão do cargo que exercera dedicadamente durante mais de dois anos, entregando a Biblioteca em plena florescência ao seu sucessor.

Substituiu-o, por nomeação de 24 de junho de 1869, João Severiano Ribeiro, já experimentado em várias outras funções públicas de relêvo e que durante seis legislaturas representou o povo na Assembléia Provincial.